



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0005609-27.2014.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários**
Requerente: **Maria Batista de Jesus**
Requerido: **Banco Bradesco S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter sido surpreendida ao tomar conhecimento de que encontrava inscrita junto a órgãos de proteção ao crédito em virtude de dois contratos celebrados com o réu.

Alegou ainda que não firmou nenhuma dessas transações, razão pela qual a negativação seria indevida.

Já o réu em contestação confirmou a existência dos dois contratos de empréstimos feitos pela autora, o que deu causa à sua negativação.

Em abono à explicação amealhou os documentos de fls. 31/37, dos quais se extraem as assinaturas apostas pela autora nos dois instrumentos (fls. 31 e 34), além dos documentos pessoais dela utilizados nas contratações (fls. 36/37).

Diante desse cenário, a autora foi instada a manifestar-se a propósito, inclusive informando se reconhece como suas as aludidas assinaturas e documentos (fl. 38), mas permaneceu inerte (fl. 43).

A conjugação desses elementos impõe a rejeição da pretensão deduzida.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Há base consistente que indica a regularidade dos contratos firmados entre as partes (não impugnados pela autora), decorrendo daí os débitos que renderem ensejo à legítima negativação da autora, de sorte que a manutenção desta é de rigor.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Torno sem efeito a decisão de fls. 06/07, item 1.

P.R.I.

São Carlos, 18 de setembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**